



Olhos e ouvidos no *campus*: a estrutura e o *modus operandi* de vigilância estudantil e docente na UFPE em tempos de ditadura civil-militar.

Thiago Nunes Soares¹

INTRODUÇÃO

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), o Brasil vivenciou um período cerceamento das liberdades democráticas, com a suspensão dos direitos humanos, na medida em que inúmeras pessoas foram presas, mortas, desaparecidas, expulsas das universidades, perderam seus direitos políticos, entre outras penalidades diante de cenário de vigilância, censura e repressão (BRASIL, 2009).

Todavia, nesse período, o Estado buscou legitimar-se não apenas pelo uso da coerção física, mas também através de um aparato jurídico, ideológico e simbólico, visando apoio social. Para que isso ocorresse, alguns fatores foram relevantes, como mudanças na Constituição, um significativo crescimento estatal em vários âmbitos, a exemplo dos serviços de inteligência e da penetração do poder público no interior do país, na medida em que a busca pelo controle burocrático cresceu consideravelmente (REIS, 1982, p. 197-199).

Assim, o Estado necessitou de prestígio, condições materiais e reconhecimento social para a sua legitimidade, em que a burocracia e a existência de funcionários especializados foram considerados fundamentais para a sua manutenção, conforme veremos a seguir (WEBER, 1982; s/d).

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Professor do CE/UFPE e do curso de História EAD/UFRPE.

A REDE DE INFORMAÇÕES E O DOPS-PE

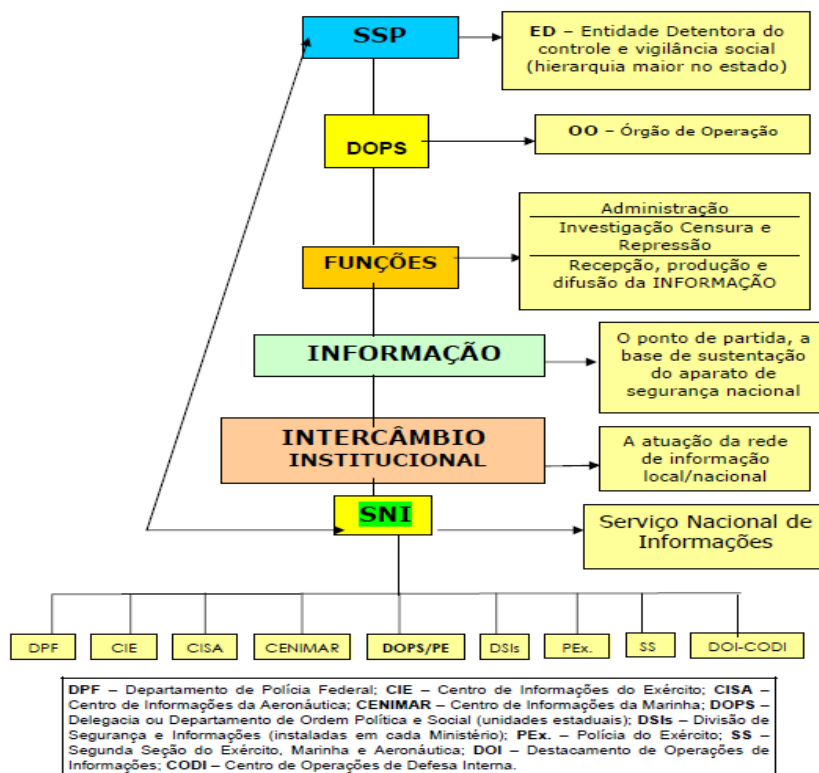


Gráfico 01 “Rede de informações e Segurança a partir do DOPS-PE”

Elaborado por SILVA, 2007, p. 113.

A gráfico 01 expressa didaticamente como se estruturou e atuou uma rede de informações composta por diversos órgãos que serviram como pilares da ditadura, ressaltando-se o fato desses posicionamentos não serem estáticos. O Serviço Nacional de Informações assumiu um papel central e os órgãos articulados e subordinados diretamente a ele atuaram em distintos níveis e áreas da administração pública, podendo ser de âmbito local e nacional. Valendo salientar a existência de níveis de autonomia e por vezes, conflitos por poder, conforme foi possível verificar na documentação pesquisada.



Nesse contexto de Guerra Fria, o Estado logrou exercer um controle político através do combate ao comunismo e às ideias, práticas e segmentos considerados “subversivos”, “terroristas” e perigosos à “ordem social” e à “soberania nacional”. Havia três funções principais que regiam essa *rede*. Geralmente ocorria em um primeiro momento, a *investigação*, através de uma coleta de informações e vigilância preventiva da pessoa, partido político e/ou organização considerados suspeitos. Nisso resultou o acúmulo de documentos diversos (recortes de jornais, fotografias, panfletos, etc) que compuseram prontuário temáticos dos mais variados.

A segunda etapa era a *censura*, que existia concomitantemente ou depois da investigação. Quando constatada a existência de alguma atividade perigosa, buscava-se um controle político-cultural sobre ela, com o objetivo de manter a ordem social. A terceira era a *repressão*, a fase mais coercitiva e de maior atuação da polícia política. Constatada a subversão, a perseguição política geralmente era intensa, de várias formas e em diferentes níveis, podendo ser exercida por meio de violência psicológica, torturas, estupros, prisões arbitrárias e assassinatos.

Neste sentido, a produção, recepção e de *informações* foi fundamental para esses órgãos militares. Analisamos neste trabalho, mais especificamente, a atuação do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE), subordinado diretamente na esfera estadual à Secretaria de Segurança Pública (SSP). Ao longo da sua existência, o DOPS-PE passou por significativas e complexas transformações administrativas, tendo o seu surgimento associado diretamente à criação de outros órgãos.

Em 1931, surgiu a Seção de Ordem Política e Social (SOPS), subordinada à SSP em nível estadual e, à polícia federal no âmbito nacional. Essa instituição transformou-se uma Inspetoria de Ordem Política e Social (IOPS) em 1934, tornando-se a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) em 1935. Esse órgão ampliou os seus sustentáculos em 1939, tendo em vista a criação da Delegacia Especial de Ordem Política e Social (DEOPS), quando instituiu-se o Serviço Secreto/Serviço Especial, responsável pela atividade de espionagem.

Entre os anos 1940 e 1950, ocorreram outras mudanças burocráticas e administrativas, sendo marcante para uma maior elucidação da nossa pesquisa, quando em quinze de abril de 1961, ele tornou-se o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Isso porque foi com base nessa estrutura que ele atuou ao longo da ditadura civil-militar, sendo extinto apenas em 1990. Dessa forma, de acordo com Marcília Gama da Silva:

Por tratar essencialmente do crime político e suas implicações, o DOPS acumula experiência que paralelamente constrói o seu perfil



administrativo, interferindo diretamente em suas práticas, nas estratégias baseadas na vigilância, censura e repressão, amparadas na observação permanente da sociedade, pelo uso da escuta telefônica, da interceptação de correspondências, da investigação sistemática de algum fato ou pessoa, da vigilância em locais suspeitos, do acompanhamento de determinadas pessoas e locais por investigadores, da invasão de células comunistas, aparelhos ou qualquer local onde haja indícios de atividades subversivas aos olhos da polícia (SILVA, 2011, p. 284).

Dessa forma, o Estado (representado pelo DOPS-PE e pelos agentes policiais) só pode ser analisado em profundidade, ao se levar em consideração as relações desse órgão com a sociedade em uma dimensão plural e dinâmica. Salientamos, inclusive, que apesar dessas atividades políticas supracitadas serem um instrumento de suspensão dos direitos humanos e da forte resistência na luta pelo retorno das liberdades democráticas ao país, foi comum a delação pessoas e segmentos sociais à polícia política por razões variadas.

Nessa colaboração com a polícia, por exemplo, foi marcante o medo de algumas pessoas diante do avanço do “inimigo vermelho”. Podemos pensar esse medo do comunismo como uma construção complexa, como *violências físicas e simbólicas* que são repletas de elementos políticos ao longo do século XX (BOURDIEU, 1997, p. 97). Em várias regiões de Pernambuco, nos anos 1960, foi comum a distribuição e afixação de cartazes que associaram negativamente a uma série de discursos negativos, como foi o caso do ateísmo, exploração do trabalhador, ódio e traição (SILVA, 2007, p. 148).

Assim, ao longo da ditadura, o *símbolo* do comunismo foi utilizado como uma espécie de estereótipo e premissa para combater as pessoas e os segmentos sociais que se contrapuseram ao Estado, como foi o caso do Movimento Estudantil (ME). A busca pelo extermínio do que é considerado “subversivo” é uma forma de justificar o uso da força física da *rede* perante a própria sociedade, que assume papéis múltiplos: observadora, copartícipe e combativa nos sentidos pró e contra as atividades repressivas (SILVA, 2011, p. 269).

Ao longo dos anos, o DOPS-PE foi acumulando experiência e especializando-se com eficiência no combate os crimes políticos, através do tripé censura, vigilância e repressão. Nesse processo também foi relevante o aperfeiçoamento da polícia que contou com a colaboração de instituições estrangeiras como a CIA e o FBI, que patrocinaram o treinamento de alguns de seus agentes federais nos Estados Unidos. Essa experiência possibilitou a troca de conhecimentos técnicos específicos e a atualização das forças policiais e militares brasileiras (SILVA, 2007, p. 121).



Ainda no que tange aos perfis dos agentes policiais do DOPS-PE², de um modo geral, eles ingressavam ainda bem jovens na profissão, na faixa dos vinte anos, oriundos de classe popular e com pouca escolaridade. Apenas uma pequena parcela possuía o ensino médio e eram raros os que tinham formação universitária. Depois do golpe de 1964, vários deles ingressaram nessa carreira após serem aprovados em concurso público e compuseram um universo diferente da maior parte da sociedade pernambucana.

Isso porque esses funcionários públicos realizaram um trabalho burocrático imerso em normas e valores que lhes foram apresentados e até mesmo obrigados a seguir, mesmo que às vezes contra a vontade própria. No meio militar é extremamente significativa e marcante o cumprimento de regras, o respeito à hierarquias e a disciplina, havendo pouco espaço para questionamentos e ações transgressoras. Nesse momento, eles precisam adequar-se aos objetivos do DOPS-PE, ao defenderem a manutenção da ordem política e social e exterminar todas as ideias e práticas nomeadas de subversivas. As prerrogativas eram em prol de salvar o país do inimigo vermelho, diante da força dos discursos em prol da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento do país.

Essa polícia política possuía duas atividades principais que regiam o seu trabalho. Uma era a *meio*, ou seja, de ordem administrativa. Tudo o que um órgão público necessitava fazer para se auto-gerenciar: escalas de serviços, benefícios trabalhistas, etc. A outra era a *fim* (questões relacionadas ao seu operacional): investigação, policiamento, repressão, censura e vigilância social. Nesse processo, as atividades foram executadas ao sabor da violência e do autoritarismo em suas variáveis escalas e tipos. O cenário era bastante tenso e arriscado, num clima de guerra, em que os opressores e oprimidos arriscaram as suas vidas em defesa de seus ideais.

No gráfico a seguir é possível visualizar a estrutura de atuação do DOPS-PE e de outras instituições que atuavam de forma articulada e colaborativa por meio de um aparato legal para aniquilar as ideias consideradas extremistas e quais os principais segmentos sociais que sofreram e resistiram contra a lógica coercitiva do Estado, entre os quais, destacamos o Movimento Estudantil. Salientamos que a coleta, produção e difusão de informações acerca da sociedade foi condição *sine qua non* para a instauração e manutenção da ditadura, na medida em que serviram de base para as atividades de vigilância, censura e repressão policial.

² Perfil traçado a partir do contato com documentos do DOPS-PE e com base em GAMA (2007) e na entrevista realizada pelo autor com o ex-policial e ex-sargento da Polícia Militar de Pernambuco durante a ditadura civil-militar, Lenilton Duarte de Souza, em 18 de setembro de 2011.

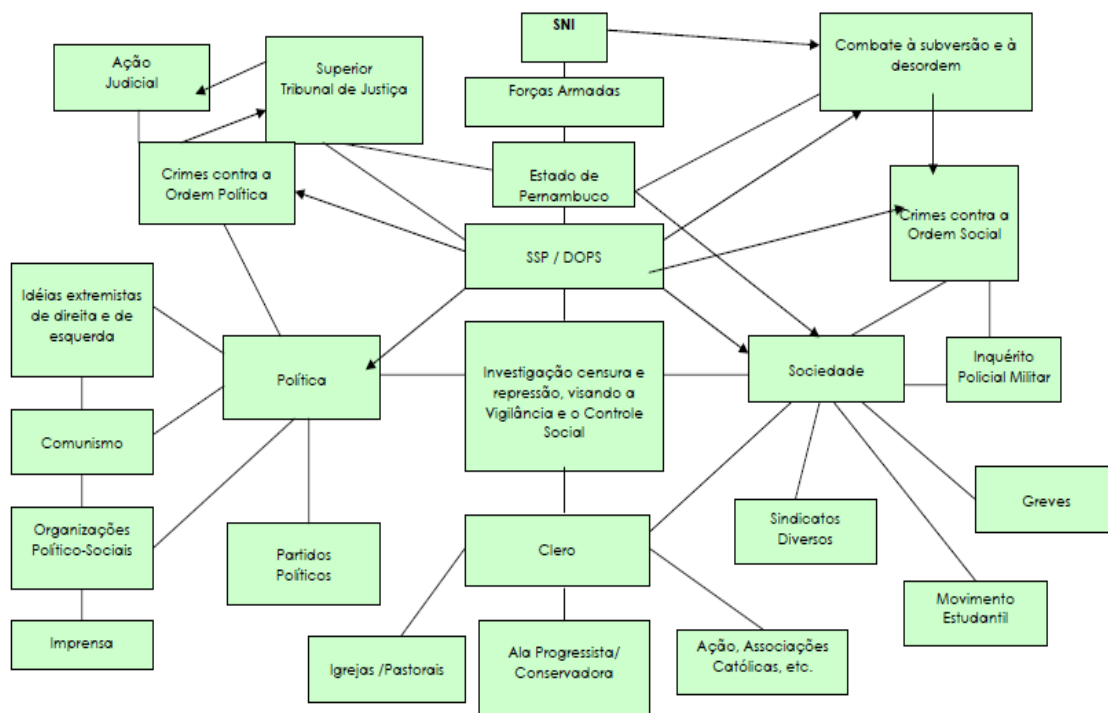


Gráfico 02 “Diagrama da articulação dos órgãos de segurança junto à sociedade, 1964-1979”.

Elaborado por SILVA, 2007, p. 125.

A DOCUMENTAÇÃO DO DOPS-PE E O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFPE

O acervo do DOPS constitui a maior coletânea de documentos iconográficos e textuais da história do Brasil Republicano (GAMA, 2007, p. 158). O de Pernambuco está sob a salvaguarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), vinculado à Secretaria de Educação do Estado. O contato com esse material possibilitou conhecer o *modus operandi* da polícia, atuante comumente de maneira extremamente sigilosa e articulada com uma rede de informações de abrangência local, nacional e por vezes, internacional.

Assim, ele foi bastante elucidativo para entendermos como diversas pessoas e segmentos da sociedade estiveram sob uma lógica contínua de monitoramento e coação. Essas fontes estão organizadas em prontuários funcionais (referentes a um tema, organização social, etc) e individuais (concernentes a uma determinada pessoa). Ambos foram organizados pela própria polícia política durante o desenvolvimento de suas atividades e funcionam como uma espécie de



dossiê, que são identificados a partir de fundos (numeração), onde constam informações como nome/tema, datação e quantidade de documentos.

Para o seu devido funcionamento, o DOPS criou um setor de arquivo onde havia informações organizadas e fichadas sobre sujeitos suspeitos e/ou processados por cometerem crimes de ordem política e social. Nesse processo, o gerenciamento, a agilidade e a organização documental era fundamental para o exercício das atividades policiais (FIUZA; BRAGGIO; 2013, p. 437). Segundo os dados divulgados pela ONU – Arquivo Nacional sobre o DOPS-PE, existem nessa instituição:

Prontuários funcionais (27.580) referentes a sindicatos, igrejas, partidos políticos, organizações de esquerda, clubes, movimento estudantil, Partido Comunista e suas dissidências, ligas camponesas, prontuários de países, estados e municípios; prontuários individuais (29 mil), que correspondem a dossiês de cidadãos considerados subversivos pela polícia política; fichário geral onomástico remissivo com cerca de 125 mil fichas, que remetem aos prontuários individuais, registrando informações básicas como nome, filiação, endereço, motivo e data da prisão; fotos; objetos tridimensionais (moedas, broches, chaves); jornais; livros; revistas; capas de livros; mapas; plantas; folders; panfletos. Constam, também, fichas de artistas, de investigadores da Delegacia, e documentos administrativos que tratam da parte burocrática do órgão, revelando, muitas vezes, o intercâmbio de informações sigilosas nas esferas local e federal, incluindo os ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica. Os documentos iconográficos são geralmente utilizados como suporte da informação, estando presentes nos prontuários ou sendo encontrados avulsos entre o acervo. (S/D, p. 54).

Dessa forma, esse abrangente acervo constitui, então, conjuntos documentais que foram coletados, apreendidos, produzidos e difundidos para órgãos de todo o país de âmbito local, nacional e até, internacional. Os graus de sigilo dos documentos elaborados por essas instituições foram bastante variados³. Ressaltamos também que durante a pesquisa, localizamos um significativo quantitativo de prontuários funcionais do DOPS-PE que tratam especificamente sobre o Movimento Estudantil e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

³ “Um documento produzido na esfera pública poderá ser sigiloso sempre que isso for indispensável à segurança da sociedade e do Estado. [Os documentos] [...] se classificam da seguinte maneira: (a) ultra-secretos (os que requerem excepcionais medidas de segurança); (b) secretos (os que requerem rigorosas medidas de segurança); (c) confidenciais (aqueles cujo conhecimento e divulgação possam ser prejudiciais aos interesses do país); (d) reservados (os que não devam ser, imediatamente, do conhecimento do público em geral). Somente algumas autoridades podem atribuir tais categorias aos documentos” (FICO, 2001, p. 25-26).



Todavia, tendo em vista à expressiva visibilidade/dizibilidade discente e dessa relevante instituição de ensino, há também uma expressiva gama de documentos acerca deles em outros prontuários. No caso do ME, geralmente eles foram considerados um perigo à manutenção da ordem social ditatorial, tendo em vista ser uma organização eminentemente contestatória e bastante atuante nesse período. Funcionando muitas vezes, como uma espécie de guarda-chuvas dos principais partidos e organizações de esquerda que atuavam na clandestinidade.

Nesses prontuários é possível encontrar documentos que foram produzidos pelos estudantes e suas entidades ou mesmo elaborados e difundidos pela rede de informações: termos de declarações, recortes de jornais, fotografias, fichas universitárias, pedidos de buscas, Informações, panfletos, cartazes, entre outros. Neles, verificamos como os estudantes e agentes policiais se organizaram e atuaram, assim como ambos se posicionavam politicamente no cenário histórico vigente. Para uma maior elucidação dos aspectos supracitados analisamos alguns documentos. Mais especificamente, dois, tendo em vista a limitação do espaço deste trabalho, para o aprofundamento acerca dessa questão.

2075-D
12

Ata do DCE

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

CENTRO DE INFORMAÇÕES
SIGILOSO
PROTÓCOLO N.º 104
Em 01 de 10 de 81
RESPONSÁVEL

INFORME Nº 331/81-SI/SR/DPF/PE

DATA : 30 de setembro de 1981.
ASSUNTO : SITUAÇÃO GERAL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM PERNAMBUCO - SETEMBRO/81.
REFERÊNCIA : .x.x.x.x.
ORIGEM : SI/SR/DPF/PE.
AVALIAÇÃO : A-1.
ÁREA : .x.x.x.x.x.
DIFUSÃO ANTERIOR : .x.x.x.x.x.
DIFUSÃO : CI/DPF - ARF/SNI - IV EX. CI/SSP/PE - PE
ANEXOS : .x.x.x.x.x.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL na área apresenta-se neste mês de setembro dentro da seguinte situação geral:
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
Em 03/09, estudantes de QUÍMICA realizaram pedágio em várias artérias

Imagem 01 Informe nº 331/1981.



Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B.

A fonte em tela registra a estrutura e o funcionamento burocrático da rede de informações. Geralmente os seus documentos possuíam essa estrutura de cabeçalho e receberam carimbos concernentes ao grau de sigilo e à instituição responsável pela sua elaboração. Neste caso, o Informe foi com grau *confidencial* avaliado como A-1, produzido pelo Serviço de Informações do Departamento de Polícia Federal e difundido para o Centro de Informações do mesmo Departamento, SNI, IV Exército, Centro de Informações da SSP/PE e para a Polícia Militar do Estado. Verificamos na parte superior à direita com caneta azul o direcionamento arquivístico para uma pasta específica do Diretório Central dos Estudantes (DCE), bastante representativo do ME.

Além disso, na referida fonte, o Assunto do Informe é bastante simbólico, ao apresentar a preocupação da rede em vigiar e elaborar um detalhado levantamento de informações sobre um panorama das atividades políticas discentes desenvolvidas durante o mês de setembro de 1981. Isso mais especificamente nas três principais instituições de ensino superior do Estado: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), num momento que os discentes desempenharam um relevante papel na luta contra o fim da ditadura.

Recebeu maior destaque a UFPE, sendo relatado o seguinte. No dia 03, estudantes de Química realizaram pedágios em várias áreas de Recife para obtenção de recursos para custear uma viagem para o Encontro Nacional dos Estudantes de Química, em Minas Gerais. No dia 09, foi deflagrada uma greve estudantil no curso de Odontologia, diante da precariedade das condições de ensino do curso. Enquanto no dia 10, estudantes Serviço Social fizeram pedágios com o intuito de angariar verbas para a realização do IV Encontro Nacional de Estudantes do seu respectivo curso.

Já no dia 22, discentes de Geologia reuniram-se em assembleia para avaliar o movimento grevista ocasionado pelo afastamento de seus companheiros universitários José Gomes Bandeira e Hélio de Melo e Silva. Segundo o Informe, esse pedido de punição foi solicitado pelos docentes Pedro Gomes de Melo (Fotogeologia e Desenho Geológico) e Benjamin Bley (Geologia do Brasil II), que alegaram que os referidos graduandos estavam provocando problemas em suas aulas, ameaçando-os fisicamente. Foi diante dessa situação, que os alunos do curso estariam liderados por membros do Diretório Acadêmico (DA) e paralisaram as suas atividades em solidariedade



aos seus amigos, sendo estabelecido que no dia 07 de outubro deveria haver alguma mobilização em prol de melhorias no curso de Geologia.

Além disso, foi obtida a informação que o DCE afixou cartazes defendendo apoio e solidariedade ao Dia Nacional do Trabalhador, tendo em vista a previsão das atividades que seriam realizadas em todo o Brasil, com data prevista para o dia 01 de outubro. Dessa forma, verificamos que o monitoramento do Movimento Estudantil da UFPE ocorreu em vários âmbitos, no intuito de exercer um controle sobre ele. Ao analisarmos outros documentos dessa rede de informações, verificamos como em um evento estudantil, por exemplo, comumente ocorriam críticas à ditadura, denúncia de problemas sociais e mobilização da população em defesa das liberdades democráticas. Uma paralização estudantil também geralmente era vista como um problema, tendo em vista ser um perigo para a manutenção da ordem político-social.

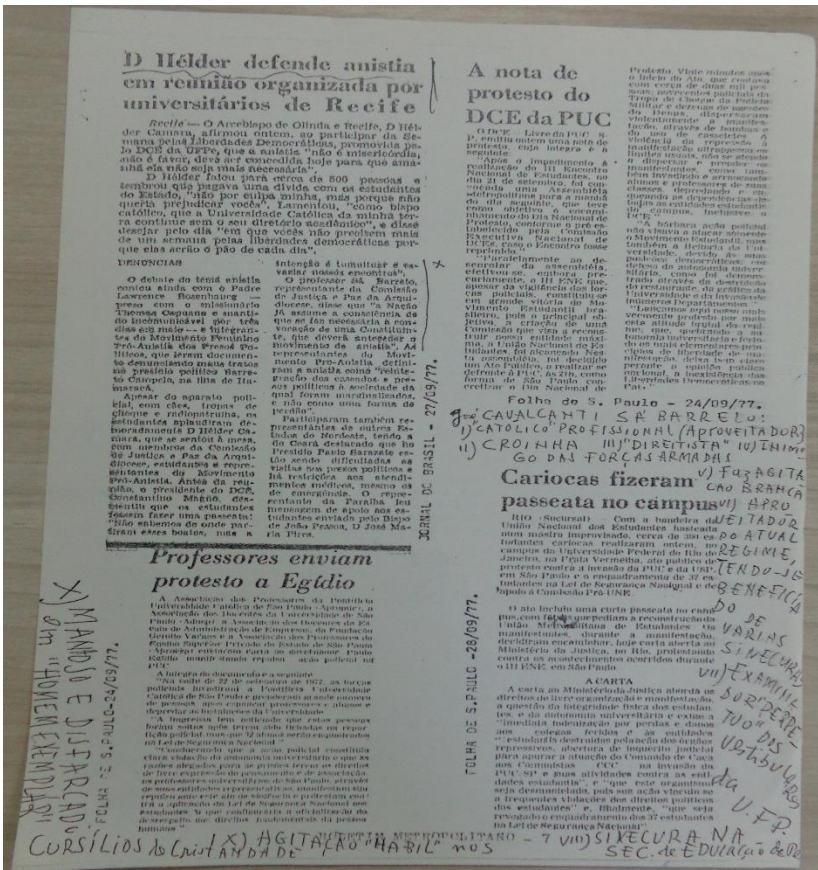


Imagem 02 Boletim Metropolitano, nº 1.

Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B.



O segundo documento foi produzido pelo ME e coletado por agentes policiais, sendo um dos doze anexos da Informação confidencial nº 2326/1977, originária do IV Exército e difundida para o SNI, DPF/PE, PM/PE, SSP/PE, Assessoria de Segurança e Informações (ASI) e Ministério da Educação (MEC), com assunto “Movimento Estudantil (ME) em Recife”. Trata-se do primeiro exemplar do Boletim Metropolitano, publicado em outubro de 1977, pelo DA’s e DCE da UFPE, DCE da UFRPE, Movimento Década da UNICAP, DA de Ciências Médicas da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP) e DA do Instituto Teológico do Recife (ITER), que segundo o texto escrito na capa do periódico, foi “fartamente divulgado nas universidades”.

Devido ao estágio inicial da pesquisa, ainda não é possível afirmar qual a periodicidade e duração do boletim, nem como ele se custeava. Mas pela quantidade e pelo perfil das instituições envolvidas, é possível constatar a articulação estudantil em construir um instrumento de comunicação social de forte cunho político, como expressa também o teor das matérias veiculadas. Na imagem 02, os grifos e escritos dos agentes policiais associados à matéria “D. Hélder defende anistia em reunião organizada por universitários em Recife” apontam como o Estado logrou exercer um controle social, ao monitorar pessoas e segmentos considerados perigosos à manutenção da ordem político-social.

Nesse momento, durante governo do presidente Ernesto Geisel e do prefeito Antônio Farias, ganhou força a campanha nacional em defesa da aprovação de uma lei que contemplasse uma anistia ampla, geral e irrestrita para todos os atingidos pela ditadura. Essa luta mobilizou os setores diversos da sociedade, como: familiares dos mortos, presos e desaparecidos políticos, membros da Igreja Católica, o Movimento Estudantil, entre tantos outros (RODEGHERO; DIENSTMANN; TRINDADE, 2011). O evento supracitado ocorreu nas dependências do DCE da UFPE, palco de muitas atividades político-culturais, atraindo o olhar vigilante dos militares.

O contato com uma ampla documentação da rede de informações nos possibilitou ter a dimensão do quanto esse arcebispo foi um militante atuante contra a ditadura e esteve sob a mira do aparato coercitivo. Mas chamou-nos bastante atenção nos escritos dessa página do boletim, os termos utilizados para nomear e (des)qualificar um dos presentes na reunião, o professor José Cavalcanti Sá Barreto. Eis alguns: católico profissional/aproveitador, inimigo das forças armadas, direitista, aproveitador do atual regime, examinador ‘perpetuo’ da U.F.P., “croinha”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Diante disso, conforme foi possível analisarmos, as fontes policiais do DOPS-PE constituem um significativo acervo que registrou, sobretudo, o *modus operandi* da ação coercitiva estatal, em que geralmente o Movimento Estudantil da UFPE era enquadrado como algo pernicioso, que deveria ser vigiado e extirpado, tendo em vista o seu cunho nomeado de subversivo. Trata-se, portanto, de uma representação da atuação discente durante a ditadura sob olhar policial.

Além disso, esse acervo nos possibilita um maior conhecimento acerca do funcionamento burocrático do Estado, que foi bastante útil para o seu funcionamento e legitimação social. Por último, mas não menos importante, esse material é de suma relevância por possibilitar analisar o ME pela lógica discente, tendo em vista a amplitude de registros que foram produzidos por estudantes e coletados por agentes policiais durante o seu trabalho.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas, SP: Pípirus, 1997, p. 91-135.

BRASIL. Comissão de familiares e mortos e desaparecidos políticos; Instituto de estudos sobre a violência do Estado. **Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. 2ª Ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

FIUZA, Alexandre Felipe; BRAGGIO, Ana Karine. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 430 - 452.

GAMA, Marcília. Os arquivos sobre o golpe de 1964 em Pernambuco: a memória viva da repressão. In: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de; BARRETO, Túlio Velho. (Orgs.) **1964: o golpe passado a limpo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007, p. 151-158.

ONU; ARQUIVO NACIONAL. **Memory of world register**. Rede de informações e contrainformações do regime militar no Brasil (1964-1985). s/l. s/d. Disponível em http://www.arquivonacional.gov.br/media/MOW_PT_2_completo_baixa.pdf, acessado em 30/07/2015.



REIS, Elisa. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Vol. 1, nº 2, 1988, p. 187-203.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. **Anistia ampla, geral e irrestrita**: história de uma luta inconclusa. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Tese (Doutorado em História) - CFCH, UFPE, Recife, 2007.

_____. O DOPS-PE e a rede de informações: olhos e ouvidos a serviço da repressão no período de 1964-1985. **Revista Diálogos**, Maringá, v. 15, nº 2, 2011, p. 267-292.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, s/d, 55- 124.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p. 229-282.